



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

06/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Cidades receberão bônus com privatização da Sabesp, diz Tarcísio

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que a privatização da Sabesp contará com um mecanismo para que os municípios tenham participação nos resultados da empresa, o que deve servir como um incentivo para que os prefeitos se engajem na desestatização.

O governador espera que o modelo de concessão da companhia de saneamento paulista seja um misto de privatização da Eletrobras com a cessão onerosa da Petrobras, em que os ganhos financeiros são repartidos com as cidades, num formato de divisão de bônus.

"Quando eu falo que o modelo é semelhante à Eletrobras é pela forma de operacionalizar isso na Bolsa, pela estratégia de saída do governo", disse Tarcísio, em evento do Bradesco BBI, nesta quarta-feira (5).

Segundo o governador, a Sabesp atende hoje 375 municípios, mas o grande valor está nos contratos com as grandes cidades. "A gente entende que é preciso ter uma participação desses municípios nos resultados da empresa. Então é isso que vai ser construído na modelagem", afirmou.

"Quando os municípios participam dos resultados, você traz o incentivo para aquele prefeito aderir à privatização."

A privatização da companhia de saneamento é considerada a joia da coroa da gestão de Tarcísio, que prevê antecipar a universalização das metas de saneamento, previstas no marco do setor, em quatro ou cinco anos.

Segundo o governador, o contrato com o Banco Mundial para a estruturação do projeto será assinado na semana que vem.

Para uma plateia de investidores, Tarcísio disse estar otimista que a desestatização da Sabesp acontecerá em 2024.

Segundo ele, os argumentos contrários são "muito ruins", e é falso que a venda da empresa vai encarecer o valor das tarifas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 06 de abril.

## Agentes resgatam 110 operários em condições análogas à da escravidão em MG

Uma fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) resgatou 110 trabalhadores em condições análogas às da escravidão na construção de uma linha de transmissão de energia no leste de Minas Gerais. Todos os trabalhadores eram de estados do Norte e Nordeste, segundo o ministério.

A fiscalização foi realizada entre os dias 29 e 30 de março em alojamentos e frente de trabalho do Consórcio Construtor Linha Verde, formado pelas empresas Toyo Setal e Nova Participações, nos municípios de Conselheiro Pena e Governador Valadares.

A linha de transmissão está sendo construída entre as cidades de Mutum e Governador Valadares. O pagamento das rescisões dos trabalhadores ocorreu nesta terça (4), e soma cerca de R\$ 752 mil.

Em nota, o consórcio afirma não concordar que os trabalhadores estivessem em condições análogas a da escravidão. Disse ainda que 70 dos 110 operários resgatados demonstraram interesse em permanecer como funcionários.

A fiscalização contou com a participação da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e do MPT (Ministério Público do Trabalho). Segundo o MTE foram auditados seis alojamentos entre hotéis, casas alugadas e galpão, todos utilizados pela empresa responsável pela construção da linha de transmissão para uso dos funcionários.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 06 de abril.

## Reforma tributária pode ter cashback rosa para devolver imposto a mulheres

O mecanismo de devolução de impostos previsto na reforma tributária pode beneficiar também as mulheres, em uma espécie de "cashback rosa".

Representantes do governo federal e deputados que tratam do tema já falaram na possibilidade de devolver os impostos da cesta básica para pessoas mais pobres. Ou beneficiar algumas famílias que tenham gastos com saúde e educação privados.

Nesta semana, o coordenador do grupo de trabalho da Câmara que trata da reforma falou sobre a possibilidade de também estender o mecanismo às mulheres, que arcam com uma carga maior nos tributos indiretos sobre o consumo.

Alguns produtos de uma mesma funcionalidade têm preços maiores quando são feitos em versões para mulheres. Mesmo que a tributação seja a mesma em termos percentuais, ele incidirá sobre uma base maior no produto para o público feminino. Além disso, as mulheres gastam parcela maior da renda com itens relacionados à subsistência, que são mais tributados atualmente.

"Eu sou extremamente favorável à devolução dos impostos para os mais pobres. Inclusive até um cashback rosa, porque infelizmente os produtos das mulheres são até mais caros", disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) durante audiência pública na Câmara dos Deputados com a ministra Simone Tebet (Planejamento).

"Quando a gente fala em [devolução de imposto de] alimentos, já atende a ampla maioria da população mais pobre, que infelizmente são os negros e em grande parte as mulheres. Mas tem um debate também, se o país quiser tomar a decisão, pode criar por exemplo cashback diferenciado até para as mulheres em alguns produtos, cashback rosa", afirmou Lopes durante seminário sobre os Impactos da Reforma Tributária na Saúde.

Reportagem da Folha da semana passada mostrou que as mulheres ainda estão em minoria nas discussões sobre a reforma tributária no Congresso neste ano, apesar de pagarem mais imposto sobre o consumo do que os homens e terem participado da elaboração das propostas hoje em debate.

Estudo do Instituto de Justiça Fiscal com dados da Receita Federal mostra que as mulheres têm menos rendimentos isentos e, portanto, pagam alíquotas mais altas sobre a renda.

Também arcam com uma carga maior nos tributos indiretos sobre o consumo, de 15,05%, superior à masculina (14,55%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 06 de abril.

## Caixa terá linha de crédito para aquisição de bens e serviços para PcD

A Caixa Econômica Federal (CEF) vai abrir neste mês uma linha de crédito para financiar produtos e serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência (PcD). Os valores de contratação ficarão entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil, segundo o banco público.

A linha será subsidiada pelo governo federal, e terá taxas de 6% ao ano para clientes com renda de até cinco salários mínimos, e de 7,5% para clientes com renda entre cinco e dez salários. O prazo de pagamento é de até 60 meses. De acordo com a CEF, a aquisição de alguns bens e serviços pode demandar a apresentação de documento médico.

O crédito foi anunciado nesta segunda-feira (3) pela presidente da Caixa, Rita Serrano, em reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

A contratação poderá ser feita nas agências, com a apresentação de documentos pessoais pelos clientes. Se aprovado, o cliente receberá uma carta de crédito, que possibilita a solicitação do equipamento ou serviço com as empresas credenciadas, bem como a emissão da nota fiscal.

Com a nota fiscal, o cliente pode finalizar a assinatura do contrato, e o valor da compra é repassado diretamente à conta do fornecedor na Caixa.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 06 de abril.